**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N° 005/2019/SMS/PMF**

A Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis - SMS, com sede na Av. Henrique da Silva Fontes, 6.100, Trindade, Florianópolis - SC, por meio da Comissão Especial de Credenciamento de Serviços de Saúde para Contratação de Prestadores de Serviços de Saúde, nomeada pela Portaria N°. 1023/2017, em conformidade, com a Lei 8.666/93, com a Lei Nº. 8.080/90, com a Portaria nº. 2567/2016 do Ministério da Saúde e demais legislações aplicáveis, torna pública a realização de seleção e possível contratação de prestadores de serviços para realização de **Procedimentos com Finalidade Diagnóstica – Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia – Exames Citopatológicos**, conforme descrição na “na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS,

Tipo de Licitação: Credenciamento **n° 005/2019.**

Expedido Edital no dia: **07/02/2019**

Período para o credenciamento: **26/02/2019 até 22/03/2019.**

Local do credenciamento: Sala do Protocolo Central da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, situada na Av. Henrique da Silva Fontes, 6100 – Trindade, Florianópolis/SC.

Ato de abertura dos envelopes: **25/03/2019 – 15:30h**, junto à Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, Av. Henrique da Silva Fontes, 6100 – Trindade, Florianópolis/SC.

1. **DO OBJETO**

A presente seleção tem por objetivo a contratação de entidades públicas, filantrópicas e/ou privadas prestadoras de serviços de saúde para realização de **Procedimentos com Finalidade Diagnóstica – Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia – Exames Citopatológicos**, conforme descrição na “Tabela de acordo com a descrição na “Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS”, contidos no Grupo 2-Procedimentos com finalidade diagnóstica, Subgrupo 1 –Coleta de Material, Forma de Organização 1 –Coleta de material por meio de punção/ biópsia, disponível por meio do SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de saúde – SUS no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br>, respeitando as especificações no Termo de Referência (Anexo I), para um período de 12 meses.

1. **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Constituição Federal, arts. 37, XXI e 199;

Lei 8.080/1990, arts. 24 e seguintes;

Lei 8.666/1993 e alterações;

PORTARIA nº 24/SMS/2018 que cria a Comissão Especial de Credenciamento de Serviços de Saúde para Contratação de Prestadores de Serviços de Saúde, para Secretaria Municipal de Saúde Florianópolis;

Norma Regulamentadora 32 - NR 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde;

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 50, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2002 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde;

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 306, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2004 – Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;

Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS”, que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>

Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde.

Portaria Nº 3.394, de 30 de Dezembro de 2013 - Institui o Sistema de Informação de Câncer (SICAN) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Portaria nº 3.388, de 30 de dezembro de 2013, que redefine a Qualificação Nacional em Citopatologia na prevenção do câncer de colo do útero (QualiCito), no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas;

Resolução 1.821 / 2007 do Conselho Federal de Medicina - Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde.

Brasil. Ministério da Saúde/ Secretaria de Atenção à Saúde/ Departamento de Regulação, Avaliação e Controle/Coordenação Geral de Sistemas de Informação – 2012. Manual Técnico Operacional SIA/SUS - Sistema de Informações Ambulatoriais -Aplicativos de captação da produção ambulatorial APAC Magnético – BPA Magnético

VERSIA – DE-PARA – FPO Magnético. Disponível em:http://www.saude.am.gov.br/docs/programas/bucal/manual\_sia/Manual\_Operacional\_SIA\_v\_1.pdf

Instrução Normativa nº 003/2013 da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis que regulamenta o processo de agendamento de consultas e exames especializados.

Portaria n° 1.034, de 05 de maio de 2010, que dispõe sobre a participação complementar das instituições privadas com ou sem fins lucrativos de assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde;

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Caderno 3: Orientações Técnicas sobre Auditoria na Assistência Ambulatorial e Hospitalar no SUS. 2005

Enunciado n° 18 COMESC/SC - Os profissionais de saúde que atendem pacientes encaminhados pelo Poder Público ou pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde, seja em estabelecimento privado conveniado ou contratado com o SUS, ou em estabelecimento eminentemente particular, são equiparados a agentes públicos para fins de responsabilização e devem observar as diretrizes e princípios que norteiam o sistema público de saúde, incluindo a observância dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas e a proibição de cobrança ao paciente pelos serviços prestados.

Enunciado n° 19 COMESC/SC - Nos casos em que o pedido em ação judicial seja a realização de consultas, exames, cirurgias, procedimento especializados ou transferência hospitalar, recomenda-se consulta prévia ao ente público demandado sobre a existência de lista de espera organizada e regulada pelo Poder Público para acessar o respectivo serviço, a fim de que eventual determinação judicial esteja pautada em protocolos clínicos ou ordem cronológica e não resulte na priorização de paciente que está na mesma situação clínica de outros que aguardam administrativamente pelo atendimento.

E novas Legislações ou outras que venham a substituir as existentes.

**3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO (ART. 40, VI, da Lei nº 8.666/93)**

3.1 – Poderão participar no credenciamento todas as empresas que ofertarem **todos** os procedimentos contidos no item 1 e no Quadro 01, da Oferta de **Procedimentos com Finalidade Diagnóstica – Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia – Exames Citopatológicos** do Termo de Referência deste Edital, que tenha seu objeto contratual compatível com o que se almeja contratar no presente processo, desde que atendidos os requisitos exigidos neste instrumento de chamamento, em especial os itens 5 e 6.

3.2 – Não poderão participar no credenciamento os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III, do art. 87, da Lei n 8.666/93;

3.3 – Não poderão participar no credenciamento os interessados que estejam cumprindo a sanção prevista no inciso IV, do art. 87, da Lei n 8.666/93 (aplicável a todas as licitações sob qualquer modalidade, bem como aos procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação por força do disposto no art. 97), que tenham sido declaradas inidôneas pela Secretaria Municipal de Saúde e/ou estejam cadastradas nos impedidos de licitar no site do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

3.4 – Poderão participar apenas pessoas jurídicas.

3.5 - Será credenciada a empresa que apresentar todos os documentos enumerados no item 6 deste instrumento.

**4 – DA INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO (art. 40, VI, da Lei nº 8.666/93)**

4.1 – As empresas interessadas poderão inscrever-se para credenciamento no primeiro dia útil subsequente à publicação do presente instrumento no Diário Oficial do Município de Florianópolis, na sala do Protocolo Central da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, situada na Av. Henrique da Silva Fontes, 6100 – Trindade, Florianópolis/SC, no período de **26/02/2019 até 22/03/2019**, no horário das **08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min**.

4.2 – Será considerada credenciada a empresa que apresentar os documentos enumerados nos itens 5 e 6, deste instrumento.

4.3 – Os interessados para atenderem o chamamento do credenciamento, poderão ter acesso aos modelos e anexos, no endereço eletrônico da SMS <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/saude/index.php?cms=chamadas+publicas+2018>

**5 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS (art. 40, VI, da Lei nº 8.666/93)**

5.1 – Os interessados deverão encaminhar os documentos relacionados nos itens 5 e 6 deste Edital para a Secretaria Municipal de Saúde, na sala do Protocolo Central, no horário das**08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min**, na Avenida Henrique da Silva Fontes, nº 6.100, Bairro Trindade, Florianópolis/SC, no período de **26/02/2019 até 22/03/2019**, em envelope fechado com as seguintes indicações:

ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SALA DO PROTOCOLO CENTRAL

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2019/SMS/PMF

**Contratação de prestadores de serviços de Procedimentos com Finalidade Diagnóstica – Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia – Exames Citopatológicos**

*RAZÃO OU DENOMINAÇÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO PROPONENTE*

**6-DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO**

**6 – DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO (Art. 40, VI e art. 27 da Lei nº 8.666/93)**

6.1 – Para o credenciamento da empresa deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**6.1.1 RELATIVOS À CAPACIDADE JURÍDICA**

a) Identificação do proponente, com CNPJ, nome, endereço, inscrição municipal e todas as formas de contato (telefone, fax e e-mail);

b) Cédula de Identidade dos sócios-diretores e Certidão de Matrícula na Junta Comercial, no caso de firma individual;

c) Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social) devidamente registrado e acompanhado das alterações posteriores, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) Registro do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de alterações e prova de diretoria em exercício;

e) Decreto de Autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) Declaração afirmando estar ciente das condições do Edital de Chamada Pública nº 004/2019/SMS/PMF e que assume a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-se às penalidades legais e a sumária desclassificação do chamamento, e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela Comissão Especial de Credenciamento de Serviços de Saúde para Contratação de Prestadores de Serviços de Saúde, conforme (**Anexo III**);

g) Alvará Sanitário de Funcionamento;

h) Dados de identificação de conta bancária: identificação do Banco, número da agência e da conta corrente;

i) Declaração emitida pela empresa atestando que atende ao inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal (*proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo condição de aprendiz*);

j) Declaração de Inexistência de Fato Superveniente e Impeditivo (**Anexo IV**);

6.1.2 - **RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidões de regularidade de situação para com a Fazenda Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União, inclusive as decorrentes da Seguridade Social), Estadual e Municipal, sendo os dois últimos expedidos pela localidade sede;

d) Certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecida pela Caixa Econômica Federal, de acordo com o art. 27, “a”, da Lei Federal nº 8.036 de 11/05/1990.

6.1.3 - **RELATIVOS À IDONEIDADE FINANCEIRA**

a) Demonstrativos financeiros consistentes do balanço e demonstração de resultados do último exercício social, considerados forma e calendários legais acompanhados de índices contábeis;

b) Certidões Negativas de pedido de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

**OBSERVAÇÕE**S:

- As certidões que não indicarem o prazo de validade deverão ter sido expedidas, no máximo, até 180 (cento e oitenta) dias antes da data de recebimento das propostas;

- Os balanços, bem como os índices deverão conter as assinaturas dos sócios e do contador responsável da proponente, o número das folhas do livro diário, bem como seu registro na Junta Comercial ou Cartório de registro de Títulos e documentos;

- Os documentos que não possam ter sua autenticidade aferida por meio digital deverá estar devidamente autenticado, podendo ser em tabelionato/cartório oficial ou por servidor da Comissão de Credenciamento, mediante agendamento prévio por meio de telefone e/ou e-mail disponibilizado no subitem “14.6” do item “14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS” deste Edital de Chamada Pública.

6.1.4 – **DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OFERTA DE SERVIÇOS**

A proponente deverá apresentar para qualificação técnica e oferta de serviços num segundo envelope, o de nº 02, hermeticamente fechado de forma a não permitir a visualização de seu conteúdo, os seguintes documentos:

ENVELOPE 02 – DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OFERTA DE SERVIÇOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SALA DO PROTOCOLO CENTRAL

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2019/SMS/PMF

**Contratação de prestadores de serviços de Procedimentos com Finalidade Diagnóstica – Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia – Exames Citopatológicos**

*RAZÃO OU DENOMINAÇÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO PROPONENTE*

**6.1.4.1 - Documentos Relativos à Oferta de Serviços**

6.1.4.1.1 Ofício indicando sua capacidade total de oferta e quantidade por mês de **Procedimentos com Finalidade Diagnóstica – Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia – Exames Citopatológicos** conforme descrição na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS, e no Sistema de Regulação (SISREG) nos termos das condições estabelecidas neste Edital (**Anexo V**);

1. A quantidade de procedimentos de **Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia – Exames Citopatológicos** deverá ser discriminada no ofício respeitando a proporção de exames deacordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, disponibilizadas em planilha dinâmica de Excel, conforme modelo publicado no site *em*: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/saude/index.php?cms=chamadas+publicas+2018>

6.1.4.1.2 Declaração de Aceitação dos Preços, conforme **Anexo VI**;

**6.1.4.2 - Documentos Relativos à Qualificação Técnica**

a) Comprovante de cadastramento no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES);

b) Caso terceirize os serviços, o prestador contratado deverá apresentar, obrigatoriamente, o comprovante de cadastramento no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) do terceirizado Comprovante de cadastramento no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES);’

c) Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

d) Relação nominal dos profissionais que executarão os procedimentos, informando nome, CPF, carga horária semanal, cargo, função e número de inscrição no respectivo Conselho Profissional, quando for o caso (**Anexo VII**)”;

e) Declaração que a instituição não possui servidor público do Município de Florianópolis, como representante legal/membro da diretoria/sócio administrador/proprietário e/ou presidente da instituição (**Anexo X**);

f) Responsável técnico pelo laudo dos exames deve ter especialização em citologia ou citologia clínica ou citopatologia reconhecido pelo MEC e devidamente registrado no seu conselho de classe;

g) O prestador contratado deverá comprovar a análise de valor igual ou maior a 15.000 lâminas no ano de 2018;

**7. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DA REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PELA CONTRATANTE E DO VALOR**

**7.1 DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

* + 1. **CONDIÇÕES GERAIS**

1. O prestador contratualizado deverá realizar **todos** (**Anexo I**), aos usuários residentes no município de Florianópolis e ou dos municípios da região da grande Florianópolis, indicados pela Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, a partir do agendamento via Central de Regulação Municipal;
2. O prestador contratado deverá atender às demais especificações contidas no Termo de Referência deste Edital;
3. Somente poderão participar deste Edital de Chamada Pública, os prestadores contratados com sede no município de Florianópolis.
4. As empresas que possuírem matriz e filial(is) somente poderão participar da presente Chamada Pública por meio de um único CNPJ, por meio do qual receberão os pagamentos caso sejam contratadas. O CNPJ deverá ser identificado em ofício de encaminhamento e nos respectivos documentos exigidos nos Itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 deste Edital;
5. O prestador contratado deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar aos usuários;
6. O prestador contratado deverá executar, conforme a melhor técnica, as análises, obedecendo rigorosamente às normas técnicas e regulamentações respectivas;
7. A execução das análises dos materiais encaminhados deverá ser realizada por meio de profissionais capacitados responsabilizando-se por quaisquer danos causados pelos mesmos aos pacientes, decorrentes de omissão, negligência, imperícia ou imprudência;
8. O prestador contratado deverá permitir o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados pela Secretaria de Saúde ou Comissão designada para tal atividade. Para isto, o prestador contratado deverá apresentar de imediato, materiais, documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados pela Secretaria de Saúde ou Comissão designada para tal;
9. A capacidade instalada total do prestador, bem como a proposta de oferta para o SUS, deverá ser informada de acordo com as orientações contidas neste Edital de Chamada Pública;
10. O prestador contratado deverá recolher o material em cada Centro de Saúde, Distrito Sanitário, prestadores contratados e qualquer outro local indicado pela da Secretaria de Saúde de Florianópolis (ex: UBS do Complexo Penitenciário de Florianópolis e Rede Feminina de Combate ao Câncer de Florianópolis), no mínimo, uma vez por semana. Acrescido a isso, também deverá receber em sua sede, os materiais encaminhados de outros municípios com pactuação vigente em PPI;
11. O prestador contratado deverá fornecer os insumos necessários para o armazenamento e transporte dos materiais coletados como tubetes, solução fixadora (álcool 96%) e grade para suporte dos tubetes. Tais materiais deverão ser fornecidos e mantidos em quantidades adequadas pelo prestador contratado. Deve-se acondicionar uma Lâmina por tubete, de acordo com Procedimento Operacional Padrão (POP) da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis;
12. O prestador contratado deverá transportar o material biológico de forma adequada e de acordo com as normas de biossegurança expedidas pela ANVISA ou outro órgão fiscalizador. O profissional responsável pela coleta no serviço de saúde deverá apresentar-se na recepção, receber as lâminas e requisições, conferir o material conforme listagem feita pelo serviço de saúde (em 2 vias), assinar uma das vias para ser arquivada no serviço e levar a outra via ao laboratório;
13. O prestador contratado deverá disponibilizar os resultados de exames no Sistema de Prontuário Municipal aos Centros de Saúde e Policlínicas da Secretaria Municipal de Saúde, em até 15 dias, a contar da data de recolhimento do material, com a finalidade de proporcionar o resultado o mais precoce possível, exceto nos serviços de saúde fora do município de Florianópolis, que devem buscar na sede do prestador contratado;
14. O prestador contratado deverá apresentar no laudo citopatológico: a avaliação da qualidade da amostra examinada, os epitélios representados na amostra, o diagnóstico descritivo, a identificação do profissional de nível superior habilitado responsável pelo exame e, classificar os laudos dos citopatológicos de acordo com o Sistema BETHESDA na sua versão mais atual, ou outro que vier a substituí-lo e autorizado pelo gestor do Contrato;
15. O prestador contratado deverá arquivar os laudos e lâminas por, no mínimo, 5 (cinco) anos nos casos de exames negativos e 20 anos nos casos de exames positivos;
16. O prestador contratado assumirá todas as responsabilidades legais decorrentes da emissão dos laudos dos exames realizados;
17. É de responsabilidade do prestador contratado a manutenção preventiva ou corretiva dos equipamentos, e no caso de defeitos desses, a Secretaria de Saúde deverá ser comunicada por escrito, não devendo interromper a manutenção do serviço prestado;
18. A produção dos serviços prestados deverá ser registrada e apresentada mensalmente pelos prestadores por meio dos seguintes instrumentos de registro: 1) Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado - BPA-I. Sendo que os sistemas utilizados para o processamento da produção são os Sistemas de Informação Ambulatorial e Hospitalar- SIA/SIH -SUS do Ministério da Saúde;
19. O prestador contratado deverá atender às demais especificações contidas no Termo de Referência deste Edital;
20. O prestador contratado deverá cumprir os parâmetros de qualidade contidos no Manual de Gestão da Qualidade para Laboratório de Citopatologia, Ministério da Saúde, 2016, ou normatização que venho o substituir;
21. O prestador contratado deverá realizar e manter registro de todos os dados do Monitoramento Interno de Qualidade (MIQ) anteriormente ou a partir da assinatura do contrato. Acrescido a isso, o prestador contratado deverá apresentar seus resultados, sempre que solicitado para a Secretaria Municipal de Saúde;
22. O prestador contratado deverá alimentar o Sistema de Informação SISCAN (módulo prestador de serviço);
23. O prestador contratado deverá, quando solicitado, ceder às lâminas selecionadas para Monitoramento Externo de Qualidade (MEQ), com o registro documental da saída destas;
24. O prestador contratado deverá analisar os casos discordantes, buscando consenso com o Laboratório Tipo II;
25. O prestador contratado deverá disponibilizar, comunicar e obter confirmação do recebimento do laudo de revisão dos casos discordantes à unidade de origem da usuária do SUS que solicitou o exame citopatológico;
26. O prestador contratado deverá apresentar de imediato, materiais, documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato;
27. O prestador contratado deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar às pacientes com relação aos lados dos exames expedidos;
28. O prestador ao evidenciar a não conformidade em etapas anteriores, como coleta do material, uso de fixador ou identificação o material deverá informar as não conformidades à Gerência de Controle e Avaliação (GECOA) da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis e unidade de saúde que enviou o material para análise;
29. Os arquivos das produções mensais deverão ser entregues de acordo com as seguintes orientações:

a) os arquivos provenientes do SIA deverão ser encaminhados por e-mail para o Setor de Processamento ([processamento.sms.fpolis@gmail.com](mailto:processamento.sms.fpolis@gmail.com));

b) o Relatório Financeiro Resumido das produções mensais (**Anexos XII**) deverá ser entregue à Gerência de Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, por meio eletrônico com certificação digital;

1. Havendo necessidade da realização de mutirões de exames de na rede municipal de saúde de Florianópolis, será solicitada a participação dos prestadores habilitados para que disponibilizem sua equipe e estrutura física de acordo com a capacidade instalada de oferta do Prestador;

I A organização dos mutirões ficará a cargo da Diretoria de Inteligência em Saúde, por meio da Gerência de Controle e Avaliação, cabendo a última, a definição do teto financeiro a ser disponibilizado e quantidade de procedimentos a ser ofertados em cada mutirão. Caberá à Gerência de Regulação a organização do acesso dos usuários, por meio do SISREG;

1. Os serviços deverão ser realizados utilizando-se de estrutura, recursos materiais e humanos próprios do prestador contratado conforme o nível de complexidade para o atendimento da demanda encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, durante toda a vigência do contrato, não sendo permitida a inexecução do objeto do contrato por falta de quaisquer destes itens;
2. Os equipamentos, que se façam necessários ao perfeito e bom desempenho dos serviços, deverão ser disponibilizados pelo prestador contratado, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis;
3. As despesas com materiais de consumo necessários a execução dos serviços será de responsabilidade do prestador contratado;
4. Os recursos humanos deverão ser disponibilizados pelo prestador contratado, conforme critérios para composição de quadro mínimo de profissionais necessários para prestação dos serviços contratados;
5. O atendimento ao usuário do SUS será humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização – PNH (Ministério da Saúde, 2004) e a Carta de Direitos do Usuário do SUS (Ministério da Saúde, 2011), conforme o item III do terceiro princípio que assegura ao cidadão atendimento acolhedor e livre de discriminação, visando à igualdade de tratamento e a uma relação mais pessoal e saudável:

“III. Nas consultas, procedimentos diagnósticos, preventivos, cirúrgicos, terapêuticos e internações, o respeito a:

1. Integridade física;  
   b) privacidade e conforto;  
   c) individualidade;  
   d) seus valores éticos, culturais e religiosos;  
   e) confidencialidade de toda e qualquer informação pessoal;

f) segurança do procedimento;

g) bem-estar psíquico e emocional”;

1. A análise dos materiais deverá ser pautada por protocolos clínicos assistenciais baseados em evidências científicas em saúde e pelas normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e demais gestores do SUS;
2. O prestador contratado deverá estar disponível para a prestação do serviço contratado a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis a partir do momento de assinatura do contrato;
3. Não utilizar, e nem permitir que terceiros utilizem, o usuário para fins de experimentação fora das normas que regulamentam pesquisas em seres humanos e sem autorização da Secretaria Municipal de Saúde e Comissão de Ética em Pesquisa, devidamente registrado no Ministério da Saúde;
4. Após finalização do processo de credenciamento, os prestadores habilitados serão convocados para realização de reunião com as áreas técnicas envolvidas da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, para repasse de informações operacionais e assinatura do Plano Operativo Assistencial;
5. Não poderá o prestador contratado deixar de comparecer na reunião de que trata o item “41” bem como, das demais reuniões convocadas pela Secretaria Municipal de Saúde;
6. O prestador contratato que tiver firmado contrato previamente com a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis e que esse tenha como objetos os procedimentos iguais aos deste Edital, deverá cumprir o teto físico-financeiro do primeiro contrato e, somente após extrapolar esses tetos, é que serão pagos os valores dos procedimentos relativos ao novo contrato, proveniente deste Edital de Chamada Pública;
7. No caso da situação relatada no item “43”, o contrato vigente somente será rescindido quando da publicação de novo edital que contemple todos os itens do referido contrato, bem como a assinatura do novo contrato;
8. Em caso de não cumprimento da oferta contratada, o prestador deverá comunicar o motivo e a solicitação de prazo para a regularização da situação à Gerência de Regulação e Gerência de Controle e Avaliação, no prazo máximo 07 dias. O gestor do contrato avaliará e deliberará acerca do atendimento do prazo solicitado pela contratada para regularizar a situação. Caso o prestador não cumpra a oferta contratada por mais de dois meses consecutivos ou três meses intercalados, sem justificativa, o contrato poderá ser rescindido, observando o processo legal.

**7.3 DO VALOR**

7.3.1. Os valores utilizados para remuneração dos procedimentos do objeto deste Edital nº 005/2019 serão calculados de acordo com os seguintes critérios:

1. Os valores dos procedimentos serão os previstos na Tabela SUS, sendo para estes utilizados os recursos da Média e Alta Complexidade – MAC;
2. Tabela SUS: leia-se procedimentos discriminados na “Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS”, e se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: http://sigtap.datasus.gov.br/tabela- unificada/app/sec/inicio.jsp Observação: A eventual cobrança de qualquer valor excedente dos usuários ou de seus responsáveis acarretará na imediata rescisão do contrato e sujeição à Declaração de Inidoneidade e responsabilização Civil e Criminal.

- **Procedimentos com Finalidade Diagnóstica – Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia – Exames Citopatológicos** – Valor da Tabela SUS por procedimento, conforme explicitado no Termo de Referência deste Edital (ANEXO I);

*\* Na ocorrência de atualização monetária dos valores referentes aos procedimentos contidos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS, serão ajustados somente o valor dos procedimentos contidos na Tabela SIGTAP, pagos com recursos vinculados.*

**8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E OBRIGAÇÕES**

* 1. Apresentar a documentação exigida neste edital;
  2. Somente poderão participar deste Edital de Chamada Pública, os prestadores contratados com sede no município de Florianópolis;
  3. O prestador contratado deverá realizar **todos os Procedimentos com Finalidade Diagnóstica – Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia – Exames Citopatológicos** contidos neste edital;
  4. Integrar-se ao Sistema de Informação do Câncer (SISCAN) para registro dos exames indicando pelo menos 01 (um) profissional para ser treinado e apto a utilizar o sistema;
  5. Não poderá haver qualquer distinção entre o atendimento destinado aos usuários do SUS e os demais usuários atendidos pelo prestador;
  6. A cobrança de qualquer valor excedente dos pacientes ou de seus responsáveis acarretará na imediata rescisão do contrato e sujeição à Declaração de Inidoneidade e responsabilização Civil e Criminal;
  7. Os prestadores contratados responderão exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Secretaria Municipal de Saúde;
  8. Em caso de não cumprimento da oferta contratada, o prestador deverá comunicar o motivo e a solicitação de prazo para a regularização da situação à Gerência de Regulação e Gerência de Controle e Avaliação, em um prazo de no máximo 07 dias. O gestor do contrato avaliará e deliberará acerca do atendimento do prazo solicitado pela contratada para regularizar a situação. Caso o prestador não cumpra a oferta contratada por mais de dois meses consecutivos ou três meses intercalados, sem justificativa, o contrato poderá ser rescindido, observado o processo legal;
  9. Na hipótese de identificação de irregularidade na oferta e qualidade dos procedimentos, o prestador será notificado. Caso a situação não seja restabelecida ou ocorra reincidência, o prestador será novamente notificado. Ressalta-se que as referidas notificações ocorrerão mediante anuência do Gestor Municipal. Na ocorrência de duas notificações, o contrato poderá ter aplicação de multa conforme “CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES”, contida na Minuta Contratual, e/ou ser suspenso temporariamente para apuração dos fatos;
  10. Na situação de suspensão contratual temporária, caberá a comissão de Credenciamento de Serviços de Saúde, e/ou Comissão de Avaliação de Qualidade dos Serviços realizados no Sistema Único de Saúde, com anuência do Gestor Municipal, deliberarem pela sua manutenção ou retomada dos serviços, de forma que na hipótese da última citada, essa ocorrerá mediante a elaboração e apresentação de um Plano de Ajuste de Conduta, pelo prestador;
  11. Na hipótese da necessidade da elaboração do Plano de Ajuste de Conduta pelo prestador, este Plano deverá ser aprovado pela Comissão de Credenciamento de Serviços de Saúde e/ou Comissão de Avaliação de Qualidade dos Serviços realizados no Sistema Único de Saúde e Gestor Municipal;
  12. Caberá a Gerência de Controle e Avaliação, á Comissão de Credenciamento de Serviços de Saúde e á Comissão de Avaliação de Qualidade dos Serviços realizados no Sistema Único de Saúde, juntamente das demais áreas técnicas que se considerarem necessárias, realizar o monitoramento e avaliação das ações descritas e pactuadas no Plano de Ajuste de Conduta;
  13. Na inobservância das cláusulas descritas e pactuadas no Plano de Ajuste de Conduta Firmado entre o referido prestador e a Secretaria Municipal de Saúde, deverá o Gestor Municipal, juntamente dos membros da Comissão de Credenciamento de Serviços de Saúde, e/ou Comissão de Avaliação de Qualidade dos Serviços Realizados no Sistema Único de Saúde, avaliar acerca da rescisão do contrato, respeitando o contraditório e ampla defesa;
  14. Os prestadores contratados deverão manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, compreendendo os dados referentes aos profissionais, alvará sanitário, serviços oferecidos, atendimento prestado, instalações físicas, dados bancários, equipamentos, postos de coleta, telefone, endereço e horário de funcionamento;
  15. Os prestadores contratados deverão manter-se, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações anteriores e com as condições de habilitação exigidas neste instrumento;
  16. A produção dos serviços prestados deverá ser registrada e apresentada mensalmente pelo Sistema de Informação Ambulatorial, ou outro sistema disponibilizado pelo Ministério da Saúde;
  17. O prestador contratado não poderá terceirizar os serviços de saúde objeto deste Edital de Chamada Pública;
  18. O prestador contratado deverá estar disponível a prestação do serviço contratado a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis a partir do momento da assinatura do contrato;
  19. Todos os prestadores contratados ficarão sujeitos à auditoria do Sistema Único de Saúde durante a vigência do contrato;
  20. Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização;
  21. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar a Secretaria de Saúde de Florianópolis ou terceiros, tendo como agente ao prestador contratado, na pessoa de prepostos ou estranhos;
  22. Apresentar sempre que solicitado pela Secretaria de Saúde, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas;
  23. Aceitar, nos termos do §1º do artigo 65 da Lei 8.666/93 o prestador contratado, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias na oferta de serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
  24. Estar em conformidade com os seguintes critérios para Habilitação:

I Responsável técnico pelo laudo dos exames deve ter especialização em citologia ou citologia clínica ou citopatologia reconhecido pelo MEC e devidamente registrado no seu conselho de classe;

II - A empresa proponente deverá apresentar 01 (um) atestado de capacidade técnica referente ao objeto, fornecida por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a capacidade do proponente em prestar serviços compatíveis em especificação quantidade e prazos, conforme objeto da presente licitação;

* 1. Não poderá haver qualquer obstáculo ou impedimento às vistorias técnicas que serão realizadas pela Comissão de Credenciamento de Serviços de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, pela Comissão de Avaliação da Qualidade dos Serviços do SUS ou qualquer área técnica da Secretaria Municipal de Saúde;

**9. NÃO PODERÃO CONTRATAR**

a) Aqueles que deixarem de cumprir qualquer item deste Edital;

b) Prestadores declarados inidôneos por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual e/ou municipal;

c) Aquele que se encontrar em processo de falência ou recuperação judicial, concordatária, concurso de credores, dissolução e liquidação;

d) É vedada a participação de prestadores em consórcio.

**10. DAS VISTORIAS TÉCNICAS, AUDITORIAS E FISCALIZAÇÕES**

a) As vistorias técnicas poderão ser realizadas nas instalações de todos os interessados, independente de agendamento prévio, anterior ou posteriormente a assinatura do contrato, a critério da Secretaria Municipal de Saúde e da Comissão de Credenciamento dos Prestadores de Serviços de Saúde de Florianópolis;

b) Todo o prestador contratado ficará sujeito à auditoria da SMS durante a vigência do contrato ou até quando a legislação vigente possibilitar tal ação, realizadas por auditores.

c) Todo prestador auditado pela Secretaria Municipal deverá:

1. Disponibilizar local para os auditores;
2. Responder relatório no tempo solicitado pela auditoria;
3. Disponibilizar documentação solicitada pela auditoria.

**11. DA SELEÇÃO**

Serão selecionados os prestadores que atenderem a todas as exigências do presente edital e obtiverem declaração de não objeção à assinatura do contrato.

**12. DO CONTRATO E TETO FINANCEIRO**

a) Os prestadores selecionados serão chamados para assinatura do contrato, cuja Minuta consta no Anexo VIII deste Edital, conforme necessidade e conveniência da Secretaria Municipal de Saúde, momento em que tomarão conhecimento do seu teto financeiro.

b) No momento da assinatura do contrato, caso não haja aceitação do prestador selecionado, deverá ser assinado Termo de Desistência.

c) Em caso de desistência de algum prestador selecionado, o seu teto financeiro será redistribuído entre os demais interessados aptos a contratar.

d) A assinatura do contrato e a distribuição do teto financeiro ficarão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.

**13. DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DO PAGAMENTO**

13.1 O(s) prestador (es) contratado(s) deverá(ão) utilizar o Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) e /ou Sistema de Informações Hospitalares (SIH) do Sistema Único de Saúde, ou qualquer outro que venha a ser substituído ou solicitado pelo Ministério da saúde, para realização do fechamento de sua produção mensal, que será validado e pago após processamento e liberação pelo Ministério da Saúde, obedecendo ao procedimento e aos prazos estabelecidos pelo Gestor Local.

13.2 Os arquivos da produção mensal deverão ser entregues de acordo com as seguintes orientações:

a) os arquivos provenientes do SIA deverão ser encaminhados por e-mail para o Setor de Processamento ([processamento.sms.fpolis@gmail.com](mailto:processamento.sms.fpolis@gmail.com));

b) o Relatório Financeiro Resumido deverá conter as seguintes informações: código do procedimento, nome do procedimento, quantitativo de procedimentos realizados, valor de cada procedimento de acordo com SIGTAP e valor total dos procedimentos realizados de acordo com SIGTAP;

c) o modelo do Relatório Financeiro Resumido será disponibilizado pela Gerência de Controle e Avaliação;

d) o Relatório Financeiro Resumido das produções mensais deverá ser entregues à Gerência de Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, por meio eletrônico ([gecoaproducao@gmail.com](mailto:gecoaproducao@gmail.com)) com certificação digital;

e) o Relatório Financeiros Resumido das produções mensais poderá ser modificado, a qualquer tempo, pela Gerência de Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, mediante aviso prévio;

13.3 Caberá a Gerência de Controle e Avaliação, após recebimento dos Relatórios Financeiros, realizar uma pré-análise da documentação. Caso não sejam realizadas as correções, em tempo hábil para pagamento na competência, o prestador poderá não receber naquele mês, devendo apresentar a produção corrigida na competência seguinte.

13.4 Após a entrega do arquivo do processamento (5º dia útil), o relatório de crítica do arquivo processado deverá ser divulgado em até 25 (vinte e cinco) dias. Após sua divulgação no site da Secretaria Municipal de Saúde e autorização do pedido de nota pelo Setor Financeiro, o prestador deverá apresentar a Nota Fiscal na Gerência de Controle e Avaliação, para a respectiva validação e “aceite” da nota fiscal pelo Fiscal do Contrato. O “aceite” deverá ser realizado em até 15 dias após a entrega da nota fiscal pelo prestador, que será encaminhada à Assessoria Financeira para efetuar o pagamento.

13.5 O pagamento será efetuado por meio da apresentação da nota Fiscal, em reais, que deve apresentar em seu corpo de descrição: o número do contrato, tipo do recurso a ser utilizado (Recursos Vinculados ou Complementação de Recursos Próprios), o objeto do contrato e competência da produção;

**14. DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1 - Estando o prestador selecionado apto para firmar contrato com o município, será providenciado o processo de Inexigibilidade de Licitação, de acordo com o art. 25 da Lei 8.666/93, tendo em vista que a competição resta faticamente impossibilitada, já que é de interesse da coletividade que o maior número possível de empresas preste serviços de procedimentos com finalidade diagnóstica, no intuito de ampliar e facilitar o acesso da população.

14.2 - O extrato do presente Edital será publicado no Diário Oficial Municipal e o Edital na íntegra, com seus anexos, estarão disponíveis no site www.pmf.sc.gov.br/entidades/saude.

14.3 - A Comissão de Contratualização dos Prestadores de Serviços de Saúde de Florianópolis terá o prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento dos envelopes de documentação para avaliar e divulgar o resultado.

14.4 - O prazo para entrega dos documentos estabelecido neste Edital poderá ser prorrogado a critério da Secretaria Municipal de Saúde.

14.5 - Faz parte deste Edital os seguintes documentos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Plano Operativo Assistencial - Coleta de Material por meio de Punção/Biópsia;

Anexo III - Declaração de Aceitação do Edital;

Anexo IV – Declaração de Inexistência de Fato Superveniente e Impeditivo;

Anexo V - Modelo de Ofício indicando sua capacidade de oferta e quantidade;

Anexo VI – Declaração de Aceitação dos Preços;

Anexo VII - Relação de profissionais que compõem a equipe técnica;

Anexo VIII – Serviços de Saúde;

Anexo IX – Declaração que a instituição não possui servidor público do município de Florianópolis, como representante legal/membro da diretoria/sócio administrador/proprietário e/ou presidente da instituição;

Anexo X – Minuta do Contrato;

Anexo XI – Relatório Financeiro Resumido;

14.6 - Esclarecimentos e informações a respeito deste Edital serão prestados pela Comissão Especial de Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde de Florianópolis, em dias úteis, por meio dos telefones 3239-1596/3239-1598, via e-mail (credenciamentosaude.sms@gmail.com), ou na sede da Secretaria Municipal de Saúde, junto à Diretoria de Inteligência em Saúde – Gerência de Controle e Avaliação, na Av. Henrique da Silva Fontes, 6.100, Trindade, Florianópolis – SC.

Florianópolis, 07 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Mariana Itamaro Gonçalves

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1.OBJETO DA CHAMADA PÚBLICA nº 005/2019/SMS/PMF**

Este Termo de Referência tem como finalidade detalhar o interesse da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, para a futura contratação de prestadores de serviços de saúde para a realização de Exames Citopatológicos. Os procedimentos estão descritos de acordo com as nomenclaturas do Sistema de Regulação Municipal e os códigos da “Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS”: **Procedimentos com Finalidade Diagnóstica – Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia – Exames Citopatológicos**, respeitando as especificações deste Termo de Referência.

**1.1 JUSTIFICATIVA DO OBJETO:**

Visando o atendimento aos usuários da rede municipal de saúde de Florianópolis e dos municípios da Grande Florianópolis com pactuação de metas físico-financeiras da Programação Pactuada e Integrada dos procedimentos relacionados ao **Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia – Exames Citopatológicos** e a não realização da análises destes exames pela rede própria, a necessidade de contratação se justifica a fim de que o município não fique sem a oferta destes procedimentos, o que vem a prejudicar os usuários do sistema público de saúde na conclusão e/ou encaminhamento de diagnóstico para tratamento e/ou reabilitação do seu estado de saúde.

**2-CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO:**

De acordo com a organização e nomenclatura da “Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS”, os procedimentos relacionados à Coleta de Material por Punção/Biópsia, são identificados da seguinte maneira:

- Grupo 02 – PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA;

- Subgrupos 03 – DIAGNÓSTICO POR ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA;

- Forma de Organização 01 – EXAMES CITOPATOLÓGICOS.

Os serviços de **Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia – Exames Citopatológicos** a serem contratados neste Edital estão de acordo com as nomenclaturas do Sistema de Regulação Municipal e com os códigos da “Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS”, e se encontra disponível por meio do SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde – SUS no seguinte endereço eletrônico: [*http://sigtap.datasus.gov.br*](http://sigtap.datasus.gov.br).

Assim, a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, para os procedimentos relacionados ao **Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia – Exames Citopatológicos,** compreende 3000 análises/mês, para atendimento das demandas apresentadas.

**3 – VALOR DOS PROCEDIMENTOS:**

3.1 O valor unitário dos procedimentos objeto do contrato, notadamente à proposta da CONTRATADA é composto da seguinte forma:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **NOME DO PROCEDIMENTO** | **CÓDIGO DO PROCEDIMENTO** | **VALOR UNITÁRIO SIGTAP** | **VALOR TOTAL** |
| Exames citopatológicos | 02.03.01.001-9 | R$ 6,97 | R$ 6,97 |
| Exames citopatológicos (rastreamento) | 02.03.01.008-6 | R$ 7,30 | R$ 7,30 |
|  | **TOTAL** |  |  |

**ANEXO II**

**MODELO DE PLANO OPERATIVO ASSISTENCIAL**

1. **Objeto do Plano Operativo Assistencial**

Este Plano Operativo é parte integrante do Contrato xxx/2019, sendo seu objeto formalizar a prestação de serviços de saúde para promover acesso aos procedimentos de – O interesse da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, para os procedimentos relacionados ao **Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia – Exames Citopatológicos** serão apresentados segundo sua complexidade, conforme quadro abaixo:

aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme descrição de códigos e procedimentos constante na “Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS”.

1. **A CONTRATADA deverá estar de acordo com as seguintes legislações:**

Constituição Federal, arts. 37, XXI e 199;

Lei 8.080/1990, arts. 24 e seguintes;

Lei 8.666/1993 e alterações;

PORTARIA nº 24/SMS/2018 que cria a Comissão Especial de Credenciamento de Serviços de Saúde para Contratação de Prestadores de Serviços de Saúde, para Secretaria Municipal de Saúde Florianópolis;

Norma Regulamentadora 32 - NR 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde;

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 50, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2002 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde;

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 306, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2004 – Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;

Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS”, que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>

Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde.

Portaria Nº 3.394, de 30 de Dezembro de 2013 - Institui o Sistema de Informação de Câncer (SICAN) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Portaria nº 3.388, de 30 de dezembro de 2013, que redefine a Qualificação Nacional em Citopatologia na prevenção do câncer de colo do útero (QualiCito), no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas;

Resolução 1.821 / 2007 do Conselho Federal de Medicina - Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde.

Brasil. Ministério da Saúde/ Secretaria de Atenção à Saúde/ Departamento de Regulação, Avaliação e Controle/Coordenação Geral de Sistemas de Informação – 2012. Manual Técnico Operacional SIA/SUS - Sistema de Informações Ambulatoriais -Aplicativos de captação da produção ambulatorial APAC Magnético – BPA Magnético

VERSIA – DE-PARA – FPO Magnético. Disponível em:http://www.saude.am.gov.br/docs/programas/bucal/manual\_sia/Manual\_Operacional\_SIA\_v\_1.pdf

Instrução Normativa nº 003/2013 da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis que regulamenta o processo de agendamento de consultas e exames especializados.

Portaria n° 1.034, de 05 de maio de 2010, que dispõe sobre a participação complementar das instituições privadas com ou sem fins lucrativos de assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde;

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Caderno 3: Orientações Técnicas sobre Auditoria na Assistência Ambulatorial e Hospitalar no SUS. 2005

Enunciado n° 18 COMESC/SC - Os profissionais de saúde que atendem pacientes encaminhados pelo Poder Público ou pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde, seja em estabelecimento privado conveniado ou contratado com o SUS, ou em estabelecimento eminentemente particular, são equiparados a agentes públicos para fins de responsabilização e devem observar as diretrizes e princípios que norteiam o sistema público de saúde, incluindo a observância dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas e a proibição de cobrança ao paciente pelos serviços prestados.

Enunciado n° 19 COMESC/SC - Nos casos em que o pedido em ação judicial seja a realização de consultas, exames, cirurgias, procedimento especializados ou transferência hospitalar, recomenda-se consulta prévia ao ente público demandado sobre a existência de lista de espera organizada e regulada pelo Poder Público para acessar o respectivo serviço, a fim de que eventual determinação judicial esteja pautada em protocolos clínicos ou ordem cronológica e não resulte na priorização de paciente que está na mesma situação clínica de outros que aguardam administrativamente pelo atendimento.

E novas Legislações ou outras que venham a substituir as existentes.

1. **DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A prestação dos serviços deverá ocorrer conforme as condições a seguir estabelecidas, além daquelas previstas no Edital de Chamada Pública nº 005/2019;

**3.1 DAS CONDIÇÕES GERAIS**

1. A CONTRATADA deverá realizar **todos** os procedimentos contidos no Termo de Referência (**Anexo I**), aos usuários residentes no município de Florianópolis e ou dos municípios da região da grande Florianópolis, indicados pela Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, a partir do agendamento via Central de Regulação Municipal;
2. A CONTRATADA deverá atender às demais especificações contidas no Termo de Referência deste Edital;
3. A CONTRATADA deverá ter sede no município de Florianópolis;
4. A empresa que possuir matriz e filial(is) somente poderá participar da presente Chamada Pública por meio de um único CNPJ, por meio do qual receberão os pagamentos caso sejam contratadas. O CNPJ deverá ser identificado em ofício de encaminhamento e nos respectivos documentos exigidos nos Itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 deste Edital;
5. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar aos usuários;
6. A CONTRATADA deverá executar, conforme a melhor técnica, as análises, obedecendo rigorosamente às normas técnicas e regulamentações respectivas;
7. A execução das análises dos materiais encaminhados deverá ser realizada por meio de profissionais capacitados responsabilizando-se por quaisquer danos causados pelos mesmos aos pacientes, decorrentes de omissão, negligência, imperícia ou imprudência;
8. A CONTRATADA deverá permitir o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados pela Secretaria de Saúde ou Comissão designada para tal atividade. Para isto, o prestador contratado deverá apresentar de imediato, materiais, documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados pela Secretaria de Saúde ou Comissão designada para tal;
9. A capacidade instalada total da CONTRATADA, bem como a proposta de oferta para o SUS, deverá ser informada de acordo com as orientações contidas neste Edital de Chamada Pública;
10. A CONTRATADA deverá recolher o material em cada Centro de Saúde, Distrito Sanitário, prestadores contratados e qualquer outro local indicado pela da Secretaria de Saúde de Florianópolis (ex: UBS do Complexo Penitenciário de Florianópolis e Rede Feminina de Combate ao Câncer de Florianópolis), no mínimo, uma vez por semana. Acrescido a isso, também deverá receber em sua sede, os materiais encaminhados de outros municípios com pactuação vigente em PPI;
11. A CONTRATADA deverá fornecer os insumos necessários para o armazenamento e transporte dos materiais coletados como tubetes, solução fixadora (álcool 96%) e grade para suporte dos tubetes. Tais materiais deverão ser fornecidos e mantidos em quantidades adequadas pelo prestador contratado. Deve-se acondicionar uma Lâmina por tubete, de acordo com Procedimento Operacional Padrão (POP) da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis;
12. A CONTRATADA deverá transportar o material biológico de forma adequada e de acordo com as normas de biossegurança expedidas pela ANVISA ou outro órgão fiscalizador. O profissional responsável pela coleta no serviço de saúde deverá apresentar-se na recepção, receber as lâminas e requisições, conferir o material conforme listagem feita pelo serviço de saúde (em 2 vias), assinar uma das vias para ser arquivada no serviço e levar a outra via ao laboratório;
13. A CONTRATADA deverá disponibilizar os resultados de exames no Sistema de Prontuário Municipal aos Centros de Saúde e Policlínicas da Secretaria Municipal de Saúde, em até 15 dias, a contar da data de recolhimento do material, com a finalidade de proporcionar o resultado o mais precoce possível, exceto nos serviços de saúde fora do município de Florianópolis, que devem buscar na sede da CONTRATADA;
14. A CONTRATADA deverá apresentar no laudo citopatológico: a avaliação da qualidade da amostra examinada, os epitélios representados na amostra, o diagnóstico descritivo, a identificação do profissional de nível superior habilitado responsável pelo exame e, classificar os laudos dos citopatológicos de acordo com o Sistema BETHESDA na sua versão mais atual, ou outro que vier a substituí-lo e autorizado pelo gestor do Contrato;
15. A CONTRATADA deverá arquivar os laudos e lâminas por, no mínimo, 05 (cinco) anos nos casos de exames negativos e 20 anos nos casos de exames positivos;
16. A CONTRATADA assumirá todas as responsabilidades legais decorrentes da emissão dos laudos dos exames realizados;
17. É de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção preventiva ou corretiva dos equipamentos, e no caso de defeitos desses, a Secretaria de Saúde deverá ser comunicada por escrito, não devendo interromper a manutenção do serviço prestado;
18. A produção dos serviços prestados deverá ser registrada e apresentada mensalmente pela CONTRATADA por meio dos seguintes instrumentos de registro: 1) Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado - BPA-I. Sendo que os sistemas utilizados para o processamento da produção são os Sistemas de Informação Ambulatorial e Hospitalar- SIA/SIH -SUS do Ministério da Saúde;
19. A CONTRATADA deverá atender às demais especificações contidas no Termo de Referência deste Edital;
20. A CONTRATADA deverá cumprir os parâmetros de qualidade contidos no Manual de Gestão da Qualidade para Laboratório de Citopatologia, Ministério da Saúde, 2016, ou normatização que venho o substituir;
21. A CONTRATADA deverá realizar e manter registro de todos os dados do Monitoramento Interno de Qualidade (MIQ) anteriormente ou a partir da assinatura do contrato. Acrescido a isso, o prestador contratado deverá apresentar seus resultados, sempre que solicitado para a Secretaria Municipal de Saúde;
22. A CONTRATADA deverá alimentar o Sistema de Informação SISCAN (módulo prestador de serviço);
23. A CONTRATADA deverá, quando solicitada, ceder às lâminas selecionadas para Monitoramento Externo de Qualidade (MEQ), com o registro documental da saída destas;
24. A CONTRATADA deverá analisar os casos discordantes, buscando consenso com o Laboratório Tipo II;
25. A CONTRATADA deverá disponibilizar, comunicar e obter confirmação do recebimento do laudo de revisão dos casos discordantes à unidade de origem da usuária do SUS que solicitou o exame citopatológico;
26. A CONTRATADA deverá apresentar de imediato, materiais, documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato;
27. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar às pacientes com relação aos lados dos exames expedidos;
28. A CONTRATADA, ao evidenciar a não conformidade em etapas anteriores, como coleta do material, uso de fixador ou identificação o material deverá informar as não conformidades à Gerência de Controle e Avaliação (GECOA) da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis e unidade de saúde que enviou o material para análise;
29. Os arquivos das produções mensais deverão ser entregues de acordo com as seguintes orientações:

a) os arquivos provenientes do SIA deverão ser encaminhados por e-mail para o Setor de Processamento ([processamento.sms.fpolis@gmail.com](mailto:processamento.sms.fpolis@gmail.com));

b) o Relatório Financeiro Resumido das produções mensais (**Anexo XII**) deverá ser entregue à Gerência de Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, por meio eletrônico com certificação digital;

1. Havendo necessidade da realização de mutirões de exames de na rede municipal de saúde de Florianópolis, será solicitada a participação da CONTRATADA para que disponibilizem sua equipe e estrutura física de acordo com a capacidade instalada de oferta do Prestador;

I - A organização dos mutirões ficará a cargo da Diretoria de Inteligência em Saúde, por meio da Gerência de Controle e Avaliação, cabendo a última, a definição do teto financeiro a ser disponibilizado e quantidade de procedimentos a ser ofertados em cada mutirão. Caberá à Gerência de Regulação a organização do acesso dos usuários, por meio do SISREG;

1. Os serviços deverão ser realizados utilizando-se de estrutura, recursos materiais e humanos próprios da CONTRATADA conforme o nível de complexidade para o atendimento da demanda encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, durante toda a vigência do contrato, não sendo permitida a inexecução do objeto do contrato por falta de quaisquer destes itens;
2. Os equipamentos, que se façam necessários ao perfeito e bom desempenho dos serviços, deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis;
3. As despesas com materiais de consumo necessários a execução dos serviços será de responsabilidade da CONTRATADA;
4. Os recursos humanos deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA, conforme critérios para composição de quadro mínimo de profissionais necessários para prestação dos serviços contratados;
5. O atendimento ao usuário do SUS será humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização – PNH (Ministério da Saúde, 2004) e a Carta de Direitos do Usuário do SUS (Ministério da Saúde, 2011), conforme o item III do terceiro princípio que assegura ao cidadão atendimento acolhedor e livre de discriminação, visando à igualdade de tratamento e a uma relação mais pessoal e saudável:

“III. Nas consultas, procedimentos diagnósticos, preventivos, cirúrgicos, terapêuticos e internações, o respeito a:

1. Integridade física;  
   b) privacidade e conforto;  
   c) individualidade;  
   d) seus valores éticos, culturais e religiosos;  
   e) confidencialidade de toda e qualquer informação pessoal;

f) segurança do procedimento;

g) bem-estar psíquico e emocional”;

1. A análise dos materiais deverá ser pautada por protocolos clínicos assistenciais baseados em evidências científicas em saúde e pelas normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e demais gestores do SUS;
2. A CONTRATADA deverá estar disponível para a prestação do serviço contratado a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis a partir do momento de assinatura do contrato;
3. Não utilizar, e nem permitir que terceiros utilizem, o usuário para fins de experimentação fora das normas que regulamentam pesquisas em seres humanos e sem autorização da Secretaria Municipal de Saúde e Comissão de Ética em Pesquisa, devidamente registrado no Ministério da Saúde;
4. Após finalização do processo de credenciamento, a CONTRATADA será convocada para realização de reunião com as áreas técnicas envolvidas da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, para repasse de informações operacionais e assinatura do Plano Operativo Assistencial;
5. Não poderá a CONTRATADA deixar de comparecer na reunião de que trata o item “39” bem como, das demais reuniões convocadas pela Secretaria Municipal de Saúde;
6. A CONTRATADA que tiver firmado contrato previamente com a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis e que esse tenha como objetos os procedimentos iguais aos deste Edital, deverá cumprir o teto físico-financeiro do primeiro contrato e, somente após extrapolar esses tetos, é que serão pagos os valores dos procedimentos relativos ao novo contrato, proveniente deste Edital de Chamada Pública;
7. No caso da situação relatada no item “41”, o contrato vigente somente será rescindido quando da publicação de novo edital que contemple todos os itens do referido contrato, bem como a assinatura do novo contrato;
8. Em caso de não cumprimento da oferta contratada, a CONTRATADA deverá comunicar o motivo e a solicitação de prazo para a regularização da situação à Gerência de Regulação e Gerência de Controle e Avaliação, no prazo máximo 07 dias. O gestor do contrato avaliará e deliberará acerca do atendimento do prazo solicitado pela contratada para regularizar a situação. Caso o prestador não cumpra a oferta contratada por mais de dois meses consecutivos ou três meses intercalados, sem justificativa, o contrato poderá ser rescindido, observando o processo legal.
9. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
10. Apresentar a documentação exigida neste edital;
11. A CONTRATADA devera ter sede no município de Florianópolis;
12. A CONTRATADA deverá realizar **todos os Procedimentos com Finalidade Diagnóstica – Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia – Exames Citopatológicos** contidos no Edital de Chamada Pública nº 005/2019;
13. Integrar-se ao Sistema de Informação do Câncer (SISCAN) para registro dos exames indicando pelo menos 01 (um) profissional para ser treinado e apto a utilizar o sistema;
14. Não poderá haver qualquer distinção entre o atendimento destinado aos usuários do SUS e os demais usuários atendidos pelo prestador;
15. A cobrança de qualquer valor excedente dos pacientes ou de seus responsáveis acarretará na imediata rescisão do contrato e sujeição à Declaração de Inidoneidade e responsabilização Civil e Criminal;
16. A CONTRATADA responderá exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Secretaria Municipal de Saúde;
17. Em caso de não cumprimento da oferta contratada, a CONTRATADA deverá comunicar o motivo e a solicitação de prazo para a regularização da situação à Gerência de Regulação e Gerência de Controle e Avaliação, em um prazo de no máximo 07 dias. O gestor do contrato avaliará e deliberará acerca do atendimento do prazo solicitado pela contratada para regularizar a situação. Caso o prestador não cumpra a oferta contratada por mais de dois meses consecutivos ou três meses intercalados, sem justificativa, o contrato poderá ser rescindido, observado o processo legal;
18. Na hipótese de identificação de irregularidade na oferta e qualidade dos procedimentos, a CONTRATADA será notificada. Caso a situação não seja restabelecida ou ocorra reincidência, a CONTRATADA será novamente notificada. Ressalta-se que as referidas notificações ocorrerão mediante anuência do Gestor Municipal. Na ocorrência de duas notificações, o contrato poderá ter aplicação de multa conforme “CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES”, contida na Minuta Contratual, e/ou ser suspenso temporariamente para apuração dos fatos;
19. Na situação de suspensão contratual temporária, caberá a comissão de Credenciamento de Serviços de Saúde, e/ou Comissão de Avaliação de Qualidade dos Serviços realizados no Sistema Único de Saúde, com anuência do Gestor Municipal, deliberarem pela sua manutenção ou retomada dos serviços, de forma que na hipótese da última citada, essa ocorrerá mediante a elaboração e apresentação de um Plano de Ajuste de Conduta, pela CONTRATADA;
20. Na hipótese da necessidade da elaboração do Plano de Ajuste de Conduta pela CONTRATADA, este Plano deverá ser aprovado pela Comissão de Credenciamento de Serviços de Saúde e/ou Comissão de Avaliação de Qualidade dos Serviços realizados no Sistema Único de Saúde e Gestor Municipal;
21. Caberá a Gerência de Controle e Avaliação, á Comissão de Credenciamento de Serviços de Saúde e á Comissão de Avaliação de Qualidade dos Serviços realizados no Sistema Único de Saúde, juntamente das demais áreas técnicas que se considerarem necessárias, realizar o monitoramento e avaliação das ações descritas e pactuadas no Plano de Ajuste de Conduta;
22. Na inobservância das cláusulas descritas e pactuadas no Plano de Ajuste de Conduta Firmado entre a CONTATADA e a Secretaria Municipal de Saúde, deverá o Gestor Municipal, juntamente dos membros da Comissão de Credenciamento de Serviços de Saúde, e/ou Comissão de Avaliação de Qualidade dos Serviços realizados no Sistema Único de Saúde, avaliar acerca da rescisão do contrato, respeitando o contraditório e ampla defesa;
23. A CONTRATADA deverá manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, compreendendo os dados referentes aos profissionais, alvará sanitário, serviços oferecidos, atendimento prestado, instalações físicas, dados bancários, equipamentos, postos de coleta, telefone, endereço e horário de funcionamento;
24. A CONTRATADA deverá manter-se, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações anteriores e com as condições de habilitação exigidas neste instrumento;
25. A produção dos serviços prestados deverá ser registrada e apresentada mensalmente pelo Sistema de Informação Ambulatorial, ou outro sistema disponibilizado pelo Ministério da Saúde;
26. Não poderá a CONTRATADA terceirizar os serviços de saúde objeto deste contrato;
27. O prestador contratado deverá estar disponível a prestação do serviço contratado a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis a partir do momento da assinatura do contrato;
28. Todos os prestadores contratados ficarão sujeitos à auditoria do Sistema Único de Saúde durante a vigência do contrato;
29. Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização;
30. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar a Secretaria de Saúde de Florianópolis ou terceiros, tendo como agente ao prestador contratado, na pessoa de prepostos ou estranhos;
31. Apresentar sempre que solicitado pela Secretaria de Saúde, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas;
32. Aceitar, nos termos do §1º do artigo 65 da Lei 8.666/93 o prestador contratado, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias na oferta de serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
33. Estar em conformidade com os seguintes critérios para Habilitação:

I Responsável técnico pelo laudo dos exames deve ter especialização em citologia ou citologia clínica ou citopatologia reconhecido pelo MEC e devidamente registrado no seu conselho de classe;

II - A empresa proponente deverá apresentar 01 (um) atestado de capacidade técnica referente ao objeto, fornecida por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a capacidade do proponente em prestar serviços compatíveis em especificação quantidade e prazos, conforme objeto da presente licitação;

1. Não poderá haver qualquer obstáculo ou impedimento às vistorias técnicas que serão realizadas pela Comissão de Credenciamento de Serviços de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, pela Comissão de Avaliação da Qualidade dos Serviços do SUS ou qualquer área técnica da Secretaria Municipal de Saúde;
2. **DOS PROCEDIMENTOS – QUANTIDADE, VALORES E TETOS FÍSICOS E FINANCEIROS**

5.1 O valor mensal do teto financeiro será de até R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_, apurado mediante a aplicação dos critérios técnicos descritos no Edital de Chamada Pública n° 005/2019 e respectivos Instrumento Contratual e este Plano Operativo Anual;

5.2 A despesa decorrente deste contrato correrá por conta do Orçamento Fiscal de 2019 do Fundo Municipal de Saúde de Florianópolis, com as seguintes características:

Órgão:  
Funcional:

Projeto/Atividade:

Elemento da Despesa:

Fonte de Recursos:

- Recurso MAC:

5.3 O valor unitário dos procedimentos objeto do contrato, notadamente à proposta da CONTRATADA é composto da seguinte forma:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **NOME DO PROCEDIMENTO** | **CÓDIGO DO PROCEDIMENTO** | **VALOR UNITÁRIO SIGTAP** | **VALOR TOTAL** |
| Exames citopatológicos | 02.03.01.001-9 | R$ 6,97 | R$ 6,97 |
| Exames citopatológicos (rastreamento) | 02.03.01.008-6 | R$ 7,30 | R$ 7,30 |
|  | **TOTAL** |  |  |

­­­\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome do Responsável Técnico/Proprietário do Prestador Contratado)

Nome da Instituição Contratada

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Carlos Alberto Justo da Silva

Secretário Municipal de Saúde de Florianópolis

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO EDITAL**

A empresa......................................................................, pessoa jurídica de direito privado, com sede na..................................................................................................................................................................., Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ nº............................................, por meio de seu sócio-gerente ou representante legal, abaixo firmado, vem declarar que possui pleno conhecimento, e manifestar inteira concordância, com todos os termos **do EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA nº 005/2019/SMS/PMF**, que trata da seleção e possível contratação de entidades Filantrópicas e/ou privadas, prestadoras de serviços de saúde para realização de procedimentos de **Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia – Exames Citopatológicos ,** conforme descrição na “na Tabela de Procedimentosconforme descrição na “na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais discriminados na “Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS”, assumindo a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-se às penalidades legais e a sumária desclassificação do chamamento, e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela Comissão de Contratualização dos Prestadores de Serviços de Saúde de Florianópolis

Florianópolis, ............................................................................................

NOME:

CPF:

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO**

Razão Social da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

**DECLARAMOS**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que a empresa [NOME DA EMPRESA] **não** foi declarada inidônea e **não** está suspensa em nenhum órgão público, federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 32 § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Florianópolis, \_\_ de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do proponente local da empresa licitante.

**ANEXO V**

**MODELO DE OFÍCIO INDICANDO SUA CAPACIDADE DE OFERTA E QUANTIDADE**

(Inserir logo marca da instituição) (data/mês/ano)

Conforme solicitação do item 6.1.4.1 referente os Documentos Relativos à Oferta de Serviços, letra a, segue abaixo a proposta de oferta de atendimentos para realização de Procedimentos com Finalidade Diagnóstica - Coleta de Material por meio de Punçã, conforme descrição na “na Tabela de Procedimentos a ser disponibilizada ao SUS:

***ANEXAR PLANILHAS CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL – ANEXO I, INDICANDO A OFERTA MENSAL (Capacidade Instalada – Compreende a possível oferta SUS + contrato/convênio+particular)*.**

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS PREÇOS**

A empresa ......................................................................, pessoa jurídica de direito privado, com sede na......................................................................................................................................................................................................, Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ nº............................................, por meio de seu sócio-gerente ou representante legal, abaixo firmado, em atenção ao EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N° 005/2019/SMS/PMF, vem manifestar sua aceitação aos preços praticados pela “Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde – SUS”, estando também ciente de que os reajustes aplicados aos referidos procedimentos obedeceram às determinações do Ministério da Saúde.

Florianópolis, .................................

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**NOME:**

**CPF:**

**ANEXO VII**

**RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM EQUIPE TÉCNICA**

Empresa:

CNPJ:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nome do profissional** | **CPF** | **Cargo / Função** | **Carga horária semanal** | **Número do Conselho Profissional** (quando for o caso) |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |

Florianópolis, .................................

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**NOME:**

**CPF:**

**ANEXO VIII**

**SERVIÇOS DE SAÚDE**

**- SERVIÇOS DE SAÚDE PRÓPRIOS MUNICIPAL**

|  |  |
| --- | --- |
| **DISTRITOS SANITÁRIOS** | **CENTROS DE SAÚDE** |
| **Distrito Sanitário Centro**  **End: Av. Rio Branco, nº 90 – Centro**  **Telefones:3952-0118/3952-0117** | **Agronômica: R. Rui Barbosa, s/n° - T.: 32281862/32281809/ 32281310**  **Centro: Av. Rio Branco,90 T: 39520123/ 39520124**  **: R. General Nestor Passos, n° 226 - T.: 3223-7816/ 3223-3910**  **Policlínica Centro: Av. Rio Branco, 90 - T.: 3952-0100 - 3952-0102 - 3952-0131**  **Prainha: R. Silva Jardim, 621 – Prainha T.: 3225-7647/ 3225-8134**  **Saco dos Limões: R. Aldo Alves, s.n° T.: 3333-6797/ 3223-4563** [**Pantanal**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**: Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 968 - T: 3234-7880/ 3238-2232**  **Trindade: Confluência da rua Odilon Fernandes c/ av. Henrique da Silva Fontes, 6000 - T: 32340177/32349577 Córrego Grande: Rua João Pio Duarte da Silva 1415 - T: 3234-1328/3234-0291** [**Itacorubi**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**: Rod. Amaro Antônio Vieira, 2260 - T.: 3234-7236 (coordenação) 3334-0096 3334-5555**  **João Paulo: R. João Paulo,1268** |
| **Distrito Sanitário Continente**  **End: Coronel Pedro Demoro, 1923**  **Telefones:3244-3955/3244- 557** | **Abraão:R. João Meirelles, s/n° - T: 3249-5844 / 3249-5962**  [**Balneário**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**:Av. Santa Catarina, 1.570 - T: 3248-1620 / 3244-4904**  [**Capoeiras**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**:Av. Santa Catarina, 1.570 - T: 3248-1620 / 3244-4904**  [**Coloninha**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**R. Aracy Vaz Callado, 1830 - T: 3244-2891/ 3244-4902**  [**Coqueiros**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**:Av: Engenheiro Max de Souza S/N - Coqueiros -Telefones: (48) 3248 0451/3241 6097**  [**Estreito**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**:R. Aracy Vaz Callado, 742 - T: 3244 1200/3348 5682**  [**Jardim Atlântico**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**:R. Manoel Pizzolatti, 273 -T: 3240-2168/ 3348-9595**  [**Monte Cristo**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**:R. Joaquim Nabuco, s/n° T: 3240 8809 3348 7467 3348 9065**  [**Novo Continente**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**: Rua Prof. Clementino Brito esquina com a Rua Osvaldo de Oliveira -T:3244 8488 3249 2448**  [**Policlínica Continente**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**:Rua Heitor Blum, 521 -Recepção:3271-1713, Farmácia: 3271-1716**  **Sapé:Trav. Prof° Waldemar Osmar Hermann, 82 - T: 3240 6602/3240 9382**  [**Vila Aparecida**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**:R. Fermi­no Costa, 284 -T: 3248-1611/ 3244-6724** |
| **Distrito Sanitário Norte**  **End: R. Francisco Faustino Martins – Policlínica Norte da Ilha**  **Telefone: 3266-7355** | [**Barra da Lagoa**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**: R. Altamiro Barcelos Dutra, 659 - T.: 3232 3302/ 3226 7281** [**Cachoeira do Bom Jesus**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**:Rua Leonel Pereira, 273 | esq. c/ Servidão Gabriel T: 3284-8077 / 3284-6045**  [**Canasvieira:**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php) **Rod. Francisco Faustino Martins, Confluencias SC 401 e SC 403 T:3269-6902 3266-7063**  [**Ingleses**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**:Travessa dos Imigrantes, n° 135 -T:3269-2100 3369 5937 3369 3229**  [**Jurerê**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**: Rua Jurerê Tradicional, 242 - T: 32821670 32829761**  [**Policlínica Norte**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**:Rua Francisco Faustino Martins, Confluencias SC 401 e SC 403. Telefone:3261 0600 3261 0601**  [**Ponta das Canas**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**:R. Alcides Bonatelli, s/n°- T: 3284 1337 3284 2257**  [**Ratones**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**:R. João Januário da Silva, s/n° - T: 3266 8090 3369 6436**  [**Rio Vermelho**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**:Rod. João Gualberto Soares, 1099 - T: 3269 7100/3269 9857**  [**Saco Grande**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**: Rod. Virgí­lio Várzea, s/n° - T: 3238-0110/ 3238-0608/ 3234-6995**  [**Santinho**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**:Rua Dom João Becker n° 862 Telefones: (48) 3369 0174 ou 3369 5514**  [**Santo Antônio de Lisboa**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**:Rodovia Nilta Franzoni Viegas, s/n T: 3235 1176 3235 3294**  **Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Norte da Ilha: Rua Francisco Faustino Martins, Confluências SC 401 e SC403.Telefone: (48)3261 0614/ 3261 0616/ 3261 0613/ 3261 0615**  [**Vargem Grande**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**: Estrada Cristovão Machado Campos, s/n - CEP 88052-600 - Vargem Grande – Florianópolis/SC T: 3269-5034/ 3369-3425 / 3266-6293**  [**Vargem Pequena**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**: Rod Manoel Leôncio de Souza Brito, s/n° T: 3269-5898** |
| **Distrito Sanitário Sul**  **End: Av. Pequeno Príncipe, 2859- Campeche**  **Telefone: 3234-8749** | [**Alto Ribeirão**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php) **R: Severiano Firmino Martins, 69 Lote 3 -Telefones: 3269-9917 / 3233-3989 (recepção)**  [**Armação**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**: Rod. SC-406, 6.074 - T.: 3389-5014, 3389-5120**  [**Caeira da Barra do Sul**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**: Rod. Baldicero Filomeno, 19.795 - T.: 3237-6239/ 3237-6483**  [**Campeche**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**: Av. Pequeno Prí­ncipe, 1714 - T.: 3237-4524/ 3237-4074** [**Canto da Lagoa**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**: Rua Laurindo Januário da Silveira, 2507 - T.: 3232-6121**  [**Costa da Lagoa**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**: Estrada Geral Costa da Lagoa, Ponto 16 - T: 3335-3119 e 3335-3048**  [**Carianos**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**: R. Ver. Osvaldo Bittercourt, s/n - T.: 3338-1125, 3236-1333**  [**Costeira do Pirajubaé**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**: R. Ver. Osvaldo Bittercourt, s/n - T.: 3338-1125, 3236-1333**  [**Fazenda do Rio Tavares**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**: R do Conselho s/n T.: 3233 4347 / 3338-3049** [**Lagoa da Conceição**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**: R. João Pacheco da Costa, 255 - T: 3232 0639/3233 6990/3234 4322**  [**Morro das Pedras**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**: Rodovia SC-406, 1.685 - T.: 3237-9013/ 3338-7627** [**Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Sul da Ilha**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**: Rod SC 405, n° 682 cep: 88.063-700 Fone:(48) 3239 1701**  [**Pântano do Sul**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**: R. Abelardo Otací­lio Gomes, s/n° - T.: 3237-7032/ 3389-2840**  [**Policlínica Sul**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**: Rod SC 405, n°682 cep: 88.063-700 Fone:(48) 3239 1724/ 3239 1726**  [**Ribeirão da Ilha**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php) **R. João José D'Avila, s.n° T/FAX.:3337-5997/3337-5579**  [**Rio Tavares**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**: R. Silvio Lopes Araújo, s/n - T.: 3232-6118/ 3226 8030** [**Tapera**](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php)**: Rua das Areias, s/n - T.: 3337-0289/ 3338-4531** |

**ANEXO IX**

**DECLARAÇÃO QUE A INSTITUIÇÃO NÃO POSSUI SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, COMO REPRESENTANTE LEGAL/MEMBRO DA DIRETORIA/SÓCIO ADMINISTRADOR/PROPRIETÁRIO E/OU PRESIDENTE DA INSTITUIÇÃO**

A instituição \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Pessoa jurídica de direito privado, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (com/sem) fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, filial na cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por meio de seu \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, que a instituição não possui servidores públicos do Município de Florianópolis como representante legal/membro da diretoria/sócio administrador/proprietário e/ou presidente, nos termos do EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2019/SMS/PMF, que trata do credenciamento de prestadores/instituições privadas com ou sem fins lucrativos de assistência à saúde, interessados em prestar serviços de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS), no Município de Florianópolis - SC.

Município de Florianópolis, \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Nome do diretor/responsável legal etc. da Instituição**

**CPF:**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Assinatura do diretor/responsável legal etc. da Instituição**

**CPF:**

**ANEXO X**

**MINUTA DE CONTRATO**

O Município de Florianópolis, pessoa jurídica de direito público, com sede situada à Rua Tenente Silveira nº 60, 5° andar, Bairro Centro, Florianópolis/SC, através da **Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde** inscrita no CNPJ/MF sob o no 08.935.681/0001-91, situada à Avenida Henrique da Silva Fontes nº 6100, Bairro Trindade, Florianópolis/SC, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Secretário Sr. Carlos Alberto Justo da Silva, RG \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, decorrente do Edital de Chamada Pública n° 005/2019, cujo Edital fica fazendo parte integrante deste, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

A presente seleção tem por objetivo a contratação de entidade pública, filantrópica e/ou privada prestadora de serviços de saúde especializadas na realização de realização de Procedimentos com Finalidade Diagnóstica - Coleta de Material por meio de Punção/Biópsia, conforme descrição na “na Tabela de Procedimentos conforme descrição na “Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS”, disponível por meio do **SIGTAP** – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM), conforme **Termo de Referência (Anexo I)**.

Os procedimentos que constam do objeto deste edital - **Grupo 02 – Procedimentos com Finalidade Diagnóstica; Subgrupo 03 –Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia –** estão organizados de acordo com a **Forma de Organização: 01 – Exames Citopatológicos** respeitando as especificações no Termo de Referência do Edital de Chamada Pública nº 005/2019.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

Constituição Federal, arts. 37, XXI e 199;

Lei 8.080/1990, arts. 24 e seguintes;

Lei 8.666/1993 e alterações;

PORTARIA nº 24/SMS/2018 que cria a Comissão Especial de Credenciamento de Serviços de Saúde para Contratação de Prestadores de Serviços de Saúde, para Secretaria Municipal de Saúde Florianópolis;

Norma Regulamentadora 32 - NR 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde;

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 50, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2002 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde;

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 306, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2004 – Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;

Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS”, que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>

Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde.

Portaria Nº 3.394, de 30 de Dezembro de 2013 - Institui o Sistema de Informação de Câncer (SICAN) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Portaria nº 3.388, de 30 de dezembro de 2013, que redefine a Qualificação Nacional em Citopatologia na prevenção do câncer de colo do útero (QualiCito), no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas;

Resolução 1.821 / 2007 do Conselho Federal de Medicina - Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde.

Brasil. Ministério da Saúde/ Secretaria de Atenção à Saúde/ Departamento de Regulação, Avaliação e Controle/Coordenação Geral de Sistemas de Informação – 2012. Manual Técnico Operacional SIA/SUS - Sistema de Informações Ambulatoriais -Aplicativos de captação da produção ambulatorial APAC Magnético – BPA Magnético

VERSIA – DE-PARA – FPO Magnético. Disponível em:http://www.saude.am.gov.br/docs/programas/bucal/manual\_sia/Manual\_Operacional\_SIA\_v\_1.pdf

Instrução Normativa nº 003/2013 da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis que regulamenta o processo de agendamento de consultas e exames especializados.

Portaria n° 1.034, de 05 de maio de 2010, que dispõe sobre a participação complementar das instituições privadas com ou sem fins lucrativos de assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde;

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Caderno 3: Orientações Técnicas sobre Auditoria na Assistência Ambulatorial e Hospitalar no SUS. 2005

Enunciado n° 18 COMESC/SC - Os profissionais de saúde que atendem pacientes encaminhados pelo Poder Público ou pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde, seja em estabelecimento privado conveniado ou contratado com o SUS, ou em estabelecimento eminentemente particular, são equiparados a agentes públicos para fins de responsabilização e devem observar as diretrizes e princípios que norteiam o sistema público de saúde, incluindo a observância dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas e a proibição de cobrança ao paciente pelos serviços prestados.

Enunciado n° 19 COMESC/SC - Nos casos em que o pedido em ação judicial seja a realização de consultas, exames, cirurgias, procedimento especializados ou transferência hospitalar, recomenda-se consulta prévia ao ente público demandado sobre a existência de lista de espera organizada e regulada pelo Poder Público para acessar o respectivo serviço, a fim de que eventual determinação judicial esteja pautada em protocolos clínicos ou ordem cronológica e não resulte na priorização de paciente que está na mesma situação clínica de outros que aguardam administrativamente pelo atendimento.

E novas Legislações ou outras que venham a substituir as existentes.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO TETO FINANCEIRO**

O valor mensal do teto financeiro será de até R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_, apurado mediante a aplicação dos critérios técnicos descritos no Edital de Chamada Pública n° 005/2019.

O valor unitário dos procedimentos objeto deste contrato, notadamente à proposta da CONTRATADA é composto da seguinte forma:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **NOME DO PROCEDIMENTO** | **CÓDIGO DO PROCEDIMENTO** | **VALOR UNITÁRIO SIGTAP** | **VALOR TOTAL** |
| Exames citopatológicos | 02.03.01.001-9 | R$ 6,97 | R$ 6,97 |
| Exames citopatológicos (rastreamento) | 02.03.01.008-6 | R$ 7,30 | R$ 7,30 |
|  | **TOTAL** |  |  |

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA (TETO MAC)**

A despesa decorrente deste contrato correrá por conta do Orçamento Fiscal de 2019 do Fundo Municipal de Saúde de Florianópolis, conforme descrito na Cláusula Terceira deste Termo, com as seguintes características:

Órgão:  
Funcional:

Projeto/Atividade:

Elemento da Despesa:

Fonte de Recursos:

- Recurso MAC

**CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A prestação dos serviços deverá ocorrer conforme as condições a seguir estabelecidas, além daquelas previstas no Edital de Chamada Pública n° 005/2019:

1. A CONTRATADA deverá realizar **todos** os procedimentos contidos no Termo de Referência (**Anexo I**), aos usuários residentes no município de Florianópolis e ou dos municípios da região da grande Florianópolis, indicados pela Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, a partir do agendamento via Central de Regulação Municipal;
2. A CONTRATADA deverá atender às demais especificações contidas no Termo de Referência deste Edital;
3. A CONTRATADA deverá ter sede no município de Florianópolis;
4. A empresa que possuir matriz e filial(is) somente poderá participar da presente Chamada Pública por meio de um único CNPJ, por meio do qual receberão os pagamentos caso sejam contratadas. O CNPJ deverá ser identificado em ofício de encaminhamento e nos respectivos documentos exigidos nos Itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 deste Edital;
5. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar aos usuários;
6. A CONTRATADA deverá executar, conforme a melhor técnica, as análises, obedecendo rigorosamente às normas técnicas e regulamentações respectivas;
7. A execução das análises dos materiais encaminhados deverá ser realizada por meio de profissionais capacitados responsabilizando-se por quaisquer danos causados pelos mesmos aos pacientes, decorrentes de omissão, negligência, imperícia ou imprudência;
8. A CONTRATADA deverá permitir o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados pela Secretaria de Saúde ou Comissão designada para tal atividade. Para isto, o prestador contratado deverá apresentar de imediato, materiais, documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados pela Secretaria de Saúde ou Comissão designada para tal;
9. A capacidade instalada total da CONTRATADA, bem como a proposta de oferta para o SUS, deverá ser informada de acordo com as orientações contidas neste Edital de Chamada Pública;
10. A CONTRATADA deverá recolher o material em cada Centro de Saúde, Distrito Sanitário, prestadores contratados e qualquer outro local indicado pela da Secretaria de Saúde de Florianópolis (ex: UBS do Complexo Penitenciário de Florianópolis e Rede Feminina de Combate ao Câncer de Florianópolis), no mínimo, uma vez por semana. Acrescido a isso, também deverá receber em sua sede, os materiais encaminhados de outros municípios com pactuação vigente em PPI;
11. A CONTRATADA deverá fornecer os insumos necessários para o armazenamento e transporte dos materiais coletados como tubetes, solução fixadora (álcool 96%) e grade para suporte dos tubetes. Tais materiais deverão ser fornecidos e mantidos em quantidades adequadas pelo prestador contratado. Deve-se acondicionar uma Lâmina por tubete, de acordo com Procedimento Operacional Padrão (POP) da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis;
12. A CONTRATADA deverá transportar o material biológico de forma adequada e de acordo com as normas de biossegurança expedidas pela ANVISA ou outro órgão fiscalizador. O profissional responsável pela coleta no serviço de saúde deverá apresentar-se na recepção, receber as lâminas e requisições, conferir o material conforme listagem feita pelo serviço de saúde (em 2 vias), assinar uma das vias para ser arquivada no serviço e levar a outra via ao laboratório;
13. A CONTRATADA deverá disponibilizar os resultados de exames no Sistema de Prontuário Municipal aos Centros de Saúde e Policlínicas da Secretaria Municipal de Saúde, em até 15 dias, a contar da data de recolhimento do material, com a finalidade de proporcionar o resultado o mais precoce possível, exceto nos serviços de saúde fora do município de Florianópolis, que devem buscar na sede da CONTRATADA;
14. A CONTRATADA deverá apresentar no laudo citopatológico: a avaliação da qualidade da amostra examinada, os epitélios representados na amostra, o diagnóstico descritivo, a identificação do profissional de nível superior habilitado responsável pelo exame e, classificar os laudos dos citopatológicos de acordo com o Sistema BETHESDA na sua versão mais atual, ou outro que vier a substituí-lo e autorizado pelo gestor do Contrato;
15. A CONTRATADA deverá arquivar os laudos e lâminas por, no mínimo, 5 (cinco) anos nos casos de exames negativos e 20 anos nos casos de exames positivos;
16. A CONTRATADA assumirá todas as responsabilidades legais decorrentes da emissão dos laudos dos exames realizados;
17. É de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção preventiva ou corretiva dos equipamentos, e no caso de defeitos desses, a Secretaria de Saúde deverá ser comunicada por escrito, não devendo interromper a manutenção do serviço prestado;
18. A produção dos serviços prestados deverá ser registrada e apresentada mensalmente pela CONTRATADA por meio dos seguintes instrumentos de registro: 1) Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado - BPA-I. Sendo que os sistemas utilizados para o processamento da produção são os Sistemas de Informação Ambulatorial e Hospitalar- SIA/SIH -SUS do Ministério da Saúde;
19. A CONTRATADA deverá atender às demais especificações contidas no Termo de Referência deste Edital;
20. A CONTRATADA deverá cumprir os parâmetros de qualidade contidos no Manual de Gestão da Qualidade para Laboratório de Citopatologia, Ministério da Saúde, 2016, ou normatização que venho o substituir;
21. A CONTRATADA deverá realizar e manter registro de todos os dados do Monitoramento Interno de Qualidade (MIQ) anteriormente ou a partir da assinatura do contrato. Acrescido a isso, o prestador contratado deverá apresentar seus resultados, sempre que solicitado para a Secretaria Municipal de Saúde;
22. A CONTRATADA deverá alimentar o Sistema de Informação SISCAN (módulo prestador de serviço);
23. A CONTRATADA deverá, quando solicitada, ceder às lâminas selecionadas para Monitoramento Externo de Qualidade (MEQ), com o registro documental da saída destas;
24. A CONTRATADA deverá analisar os casos discordantes, buscando consenso com o Laboratório Tipo II;
25. A CONTRATADA deverá disponibilizar, comunicar e obter confirmação do recebimento do laudo de revisão dos casos discordantes à unidade de origem da usuária do SUS que solicitou o exame citopatológico;
26. A CONTRATADA deverá apresentar de imediato, materiais, documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato;
27. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar às pacientes com relação aos lados dos exames expedidos;
28. A CONTRATADA, ao evidenciar a não conformidade em etapas anteriores, como coleta do material, uso de fixador ou identificação o material deverá informar as não conformidades à Gerência de Controle e Avaliação (GECOA) da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis e unidade de saúde que enviou o material para análise;
29. Os arquivos das produções mensais deverão ser entregues de acordo com as seguintes orientações:

a) os arquivos provenientes do SIA deverão ser encaminhados por e-mail para o Setor de Processamento ([processamento.sms.fpolis@gmail.com](mailto:processamento.sms.fpolis@gmail.com));

b) o Relatórios Financeiros Resumido das produções mensais (**Anexo XII**) deverá ser entregue à Gerência de Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, por meio eletrônico com certificação digital;

1. Havendo necessidade da realização de mutirões de exames de na rede municipal de saúde de Florianópolis, será solicitada a participação da CONTRATADA para que disponibilizem sua equipe e estrutura física de acordo com a capacidade instalada de oferta do Prestador;

I - A organização dos mutirões ficará a cargo da Diretoria de Inteligência em Saúde, por meio da Gerência de Controle e Avaliação, cabendo a última, a definição do teto financeiro a ser disponibilizado e quantidade de procedimentos a ser ofertados em cada mutirão. Caberá à Gerência de Regulação a organização do acesso dos usuários, por meio do SISREG;

1. Os serviços deverão ser realizados utilizando-se de estrutura, recursos materiais e humanos próprios da CONTRATADA conforme o nível de complexidade para o atendimento da demanda encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, durante toda a vigência do contrato, não sendo permitida a inexecução do objeto do contrato por falta de quaisquer destes itens;
2. Os equipamentos, que se façam necessários ao perfeito e bom desempenho dos serviços, deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis;
3. As despesas com materiais de consumo necessários a execução dos serviços será de responsabilidade da CONTRATADA;
4. Os recursos humanos deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA, conforme critérios para composição de quadro mínimo de profissionais necessários para prestação dos serviços contratados;
5. O atendimento ao usuário do SUS será humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização – PNH (Ministério da Saúde, 2004) e a Carta de Direitos do Usuário do SUS (Ministério da Saúde, 2011), conforme o item III do terceiro princípio que assegura ao cidadão atendimento acolhedor e livre de discriminação, visando à igualdade de tratamento e a uma relação mais pessoal e saudável:

“III. Nas consultas, procedimentos diagnósticos, preventivos, cirúrgicos, terapêuticos e internações, o respeito a:

1. Integridade física;  
   b) privacidade e conforto;  
   c) individualidade;  
   d) seus valores éticos, culturais e religiosos;  
   e) confidencialidade de toda e qualquer informação pessoal;

f) segurança do procedimento;

g) bem-estar psíquico e emocional”;

1. A análise dos materiais deverá ser pautada por protocolos clínicos assistenciais baseados em evidências científicas em saúde e pelas normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e demais gestores do SUS;
2. A CONTRATADA deverá estar disponível para a prestação do serviço contratado a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis a partir do momento de assinatura do contrato;
3. Não utilizar, e nem permitir que terceiros utilizem, o usuário para fins de experimentação fora das normas que regulamentam pesquisas em seres humanos e sem autorização da Secretaria Municipal de Saúde e Comissão de Ética em Pesquisa, devidamente registrado no Ministério da Saúde;
4. Após finalização do processo de credenciamento, a CONTRATADA será convocada para realização de reunião com as áreas técnicas envolvidas da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, para repasse de informações operacionais e assinatura do Plano Operativo Assistencial;
5. Não poderá a CONTRATADA deixar de comparecer na reunião de que trata o item “39” bem como, das demais reuniões convocadas pela Secretaria Municipal de Saúde;
6. A CONTRATADA que tiver firmado contrato previamente com a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis e que esse tenha como objetos os procedimentos iguais aos deste Edital, deverá cumprir o teto físico-financeiro do primeiro contrato e, somente após extrapolar esses tetos, é que serão pagos os valores dos procedimentos relativos ao novo contrato, proveniente deste Edital de Chamada Pública;
7. No caso da situação relatada no item “41”, o contrato vigente somente será rescindido quando da publicação de novo edital que contemple todos os itens do referido contrato, bem como a assinatura do novo contrato;
8. Em caso de não cumprimento da oferta contratada, a CONTRATADA deverá comunicar o motivo e a solicitação de prazo para a regularização da situação à Gerência de Regulação e Gerência de Controle e Avaliação, no prazo máximo 07 dias. O gestor do contrato avaliará e deliberará acerca do atendimento do prazo solicitado pela contratada para regularizar a situação. Caso o prestador não cumpra a oferta contratada por mais de dois meses consecutivos ou três meses intercalados, sem justificativa, o contrato poderá ser rescindido, observando o processo legal.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA PRESTACÃO DOS SERVICOS DA CONTRATADA**

1. Apresentar a documentação exigida neste edital;
2. A CONTRATADA devera ter sede no município de Florianópolis;
3. A CONTRATADA deverá realizar todos os Procedimentos com Finalidade Diagnóstica – Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia – Exames Citopatológicos contidos no Edital de Chamada Pública nº 005/2019;
4. Integrar-se ao Sistema de Informação do Câncer (SISCAN) para registro dos exames indicando pelo menos 01 (um) profissional para ser treinado e apto a utilizar o sistema;
5. Não poderá haver qualquer distinção entre o atendimento destinado aos usuários do SUS e os demais usuários atendidos pelo prestador;
6. A cobrança de qualquer valor excedente dos pacientes ou de seus responsáveis acarretará na imediata rescisão do contrato e sujeição à Declaração de Inidoneidade e responsabilização Civil e Criminal;
7. A CONTRATADA responderá exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Secretaria Municipal de Saúde;
8. Em caso de não cumprimento da oferta contratada, a CONTRATADA deverá comunicar o motivo e a solicitação de prazo para a regularização da situação à Gerência de Regulação e Gerência de Controle e Avaliação, em um prazo de no máximo 07 dias. O gestor do contrato avaliará e deliberará acerca do atendimento do prazo solicitado pela contratada para regularizar a situação. Caso o prestador não cumpra a oferta contratada por mais de dois meses consecutivos ou três meses intercalados, sem justificativa, o contrato poderá ser rescindido, observado o processo legal;
9. Na hipótese de identificação de irregularidade na oferta e qualidade dos procedimentos, a CONTRATADA será notificada. Caso a situação não seja restabelecida ou ocorra reincidência, a CONTRATADA será novamente notificada. Ressalta-se que as referidas notificações ocorrerão mediante anuência do Gestor Municipal. Na ocorrência de duas notificações, o contrato poderá ter aplicação de multa conforme “CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES”, contida na Minuta Contratual, e/ou ser suspenso temporariamente para apuração dos fatos;
10. Na situação de suspensão contratual temporária, caberá a comissão de Credenciamento de Serviços de Saúde, e/ou Comissão de Avaliação de Qualidade dos Serviços realizados no Sistema Único de Saúde, com anuência do Gestor Municipal, deliberarem pela sua manutenção ou retomada dos serviços, de forma que na hipótese da última citada, essa ocorrerá mediante a elaboração e apresentação de um Plano de Ajuste de Conduta, pela CONTRATADA;
11. Na hipótese da necessidade da elaboração do Plano de Ajuste de Conduta pela CONTRATADA, este Plano deverá ser aprovado pela Comissão de Credenciamento de Serviços de Saúde e/ou Comissão de Avaliação de Qualidade dos Serviços realizados no Sistema Único de Saúde e Gestor Municipal;
12. Caberá a Gerência de Controle e Avaliação, á Comissão de Credenciamento de Serviços de Saúde e á Comissão de Avaliação de Qualidade dos Serviços realizados no Sistema Único de Saúde, juntamente das demais áreas técnicas que se considerarem necessárias, realizar o monitoramento e avaliação das ações descritas e pactuadas no Plano de Ajuste de Conduta;
13. Na inobservância das cláusulas descritas e pactuadas no Plano de Ajuste de Conduta Firmado entre a CONTATADA e a Secretaria Municipal de Saúde, deverá o Gestor Municipal, juntamente dos membros da Comissão de Credenciamento de Serviços de Saúde, e/ou Comissão de Avaliação de Qualidade dos Serviços realizados no Sistema Único de Saúde, avaliar acerca da rescisão do contrato, respeitando o contraditório e ampla defesa;
14. A CONTRATADA deverá manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, compreendendo os dados referentes aos profissionais, alvará sanitário, serviços oferecidos, atendimento prestado, instalações físicas, dados bancários, equipamentos, postos de coleta, telefone, endereço e horário de funcionamento;
15. A CONTRATADA deverá manter-se, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações anteriores e com as condições de habilitação exigidas neste instrumento;
16. A produção dos serviços prestados deverá ser registrada e apresentada mensalmente pelo Sistema de Informação Ambulatorial, ou outro sistema disponibilizado pelo Ministério da Saúde;
17. Não poderá a CONTRATADA terceirizar os serviços de saúde objeto deste contrato;
18. O prestador contratado deverá estar disponível a prestação do serviço contratado a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis a partir do momento da assinatura do contrato;
19. Todos os prestadores contratados ficarão sujeitos à auditoria do Sistema Único de Saúde durante a vigência do contrato;
20. Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização;
21. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar a Secretaria de Saúde de Florianópolis ou terceiros, tendo como agente ao prestador contratado, na pessoa de prepostos ou estranhos;
22. Apresentar sempre que solicitado pela Secretaria de Saúde, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas;
23. Aceitar, nos termos do §1º do artigo 65 da Lei 8.666/93 o prestador contratado, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias na oferta de serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
24. Estar em conformidade com os seguintes critérios para Habilitação:

I Responsável técnico pelo laudo dos exames deve ter especialização em citologia ou citologia clínica ou citopatologia reconhecido pelo MEC e devidamente registrado no seu conselho de classe;

II - A empresa proponente deverá apresentar 01 (um) atestado de capacidade técnica referente ao objeto, fornecida por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a capacidade do proponente em prestar serviços compatíveis em especificação quantidade e prazos, conforme objeto da presente licitação;

1. Não poderá haver qualquer obstáculo ou impedimento às vistorias técnicas que serão realizadas pela Comissão de Credenciamento de Serviços de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, pela Comissão de Avaliação da Qualidade dos Serviços do SUS ou qualquer área técnica da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - **DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E PAGAMENTO**

1. O(s) prestador (es) contratado(s) deverá(ão) utilizar o Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) e /ou Sistema de Informações Hospitalares (SIH) do Sistema Único de Saúde, ou qualquer outro que venha a ser substituído ou solicitado pelo Ministério da saúde, para realização do fechamento de sua produção mensal, que será validado e pago após processamento e liberação pelo Ministério da Saúde, obedecendo ao procedimento e aos prazos estabelecidos pelo Gestor Local;
2. Os arquivos da produção mensal deverão ser entregues de acordo com as seguintes orientações:

a) os arquivos provenientes do SIA deverão ser encaminhados por e-mail para o Setor de Processamento ([processamento.sms.fpolis@gmail.com](mailto:processamento.sms.fpolis@gmail.com));

b) o Relatório Financeiro Resumido deverá conter as seguintes informações: código do procedimento, nome do procedimento, quantitativo de procedimentos realizados, valor de cada procedimento de acordo com SIGTAP, valor total dos procedimentos realizados de acordo com SIGTAP,

c) o Relatório Financeiro Detalhado deverá conter as seguintes informações: nome do usuário, código do procedimento realizado, nome do procedimento realizado, quantitativo de procedimentos realizados e o valor de cada procedimento, de acordo com SIGTAP;

d) Os modelos dos Relatórios Financeiros Resumido e Detalhado serão disponibilizados pela Gerência de Controle e Avaliação;

e) os Relatórios Financeiros Resumido e Detalhado das produções mensais deverão ser entregues à Gerência de Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, por meio eletrônico ([gecoaproducao@gmail.com](mailto:gecoaproducao@gmail.com)) com certificação digital;

f) Os Relatórios Financeiros Resumido e Detalhado das produções mensais poderão ser modificados, a qualquer tempo, pela Gerência de Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, mediante aviso prévio;

1. Caberá a Gerência de Controle e Avaliação, após recebimento dos Relatórios Financeiros, realizar uma pré-análise da documentação. Caso não sejam realizadas as correções, em tempo hábil para pagamento na competência, o prestador poderá não receber naquele mês, devendo apresentar a produção corrigida na competência seguinte;
2. Após a entrega do arquivo do processamento (5º dia útil), o relatório de crítica do arquivo processado deverá ser divulgado em até 25 (vinte e cinco) dias. Após sua divulgação no site da Secretaria Municipal de Saúde e autorização do pedido de nota pelo Setor Financeiro, o prestador deverá apresentar a Nota Fiscal na Gerência de Controle e Avaliação, para a respectiva validação e “aceite” da nota fiscal pelo Fiscal do Contrato. O “aceite” deverá ser realizado em até 15 dias após a entrega da nota fiscal pelo prestador, que será encaminhada à Assessoria Financeira para efetuar o pagamento;
3. O pagamento será efetuado por meio da apresentação da nota Fiscal, em reais, que deve apresentar em seu corpo de descrição: o número do contrato, tipo do recurso a ser utilizado (Recursos Vinculados ou Complementação de Recursos Próprios), o objeto do contrato e competência da produção;

**CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

A inobservância, pela contratada, de cláusula ou obrigação constante deste contrato ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente autorizará a contratante a aplicar-lhe as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 1993, ou seja:

I - Advertência;

II - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração por até 2 (dois) anos;

III - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida desde que ressarcida a administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

IV - Multa a ser cobrada segundo os seguintes critérios:

1) Pela inexecução total do objeto do contrato, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal estimado dos serviços contratados;

2) Pelo retardamento no início da prestação dos serviços contratados, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor estimado dos serviços em atraso até o 10º dia, data a partir da qual se caracterizará o inadimplemento absoluto;

3) Pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos serviços inexecutados ou executados em desacordo com o presente contrato ou com as normas legais e infra-legais aplicáveis à espécie;

4) Pelo descumprimento de qualquer outra cláusula, que não diga respeito diretamente à execução do objeto do contrato, multa de 0,5% (meio ponto percentual) sobre o valor mensal estimado dos serviços contratados;

5) Pela rescisão do contrato por culpa da contratada, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado dos serviços contratados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, consideradas as circunstâncias objetivas de cada ocorrência.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas nos itens I, II e III desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com multa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data da publicação, para interpor recurso contra a aplicação de qualquer penalidade, a ser dirigido diretamente ao Secretário de Saúde.

PARÁGRAFO QUARTO - O valor de eventuais multas será descontado dos pagamentos devidos à contratada.

PARÁGRAFO QUINTO - A imposição de qualquer das sanções não ilidirá o direito da contratante exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade tiver acarretado para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal ou ética do autor do fato.

PARÁGRAFO SEXTO - A violação ao disposto na Cláusula Oitava deste contrato, além de sujeitar a contratada às sanções previstas nesta cláusula, autorizará a contratante a reter, do montante devido à contratada, o valor indevidamente cobrado, para fins de ressarcimento dos usuários do SUS.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A contratada deverá garantir o acesso às suas dependências do Conselho de Saúde, no exercício do seu poder de fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE DE PREÇO**

Os preços serão sempre aqueles praticados na “Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS”, sendo que os reajustes aplicados aos procedimentos constantes na referida Tabela obedecerão às determinações do Ministério da Saúde.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUSPENSÃO POR INTERESSE DA CONTRATANTE**

A CONTRATANTE poderá́, a qualquer tempo, suspender a prestação dos serviços, ou de parte deles, desde que notifique por escrito à CONTRATADA, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 em seu artigo 78, inciso XIV.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA**

A execução do presente contrato será avaliada pelos órgãos competentes do SUS, mediante procedimentos de supervisão direta e indireta ou “in loco”, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, à verificação do movimento dos procedimentos/atendimentos e de quaisquer outros dados necessários ao controle, avaliação e auditoria dos serviços prestados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contratante poderá efetuar vistorias nas instalações da contratada para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas por ocasião da assinatura deste contrato, de acordo com os critérios vigentes na legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da contratada poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A fiscalização exercida pela contratante sobre os serviços ora contratados não eximirá a contratante da sua plena responsabilidade perante o Ministério da Saúde, a própria contratante ou usuários e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- GESTOR E FISCAL DO CONTRATO**

A CONTRATANTE designa o/a servidor/a \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_para atuar como fiscal responsável pela execução do presente contrato, conforme determina o artigo 67 da Lei no. 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PRAZO E DA VIGENCIA**

O prazo do contrato terá́ vigência a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, conforme art. 57 da Lei 8666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICACÃO**

O presente Termo deverá ser publicado, em extrato, no Diário Oficial do Município de Florianópolis.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERACÃO DO CONTRATO**

Este contrato poderá́ ser alterado, exceto em seu objeto, nos casos previstos no artigo 65 da Lei no 8.666/93, por meio de Termos Aditivos e por acordo entre as partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

1. A rescisão contratual poderá ser:

1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, desde que haja a notificação da CONTRATADA com prazo de 30 (trinta) dias de antecedência;

1.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal 8.666/93;

1.1.2 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da CONTRATANTE.

1.2 A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pela CONTRATANTE, com as consequências previstas na Cláusula Sétima;

1.3 Constituem motivos para rescisão do Contrato os previstos no art. 78 da Lei Federal 8.666/93;

1.4 A rescisão contratual de que trata o inciso I do art 78 acarretará as consequências previstas no art 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões resultantes do presente contrato não resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente contrato na data abaixo indicada, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

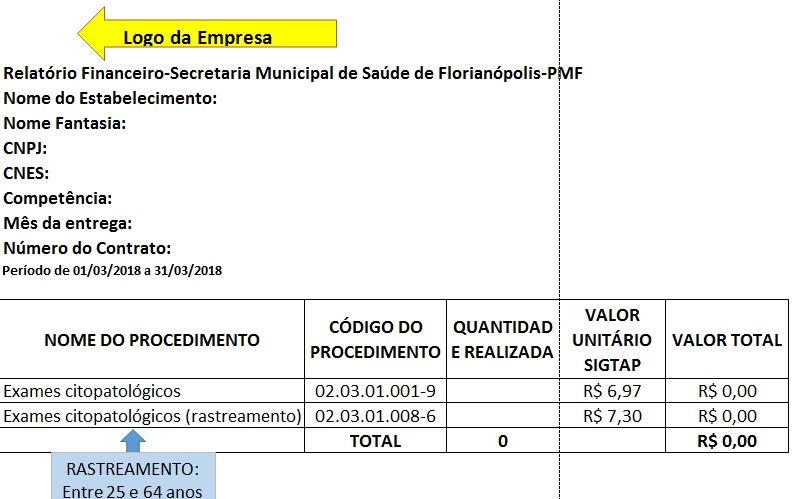
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**CONTRATADA**

**ANEXO XI**

**RELATÓRIO FINANCEIRO RESUMIDO**

****